

## AS CIDADES DA BACIA DO RIO PARAÍBA (1)

Apesar da numerosa bibliografia estrangeira sobre problemas de hierarquia urbana e seu funcionamento, pode dizer-se que em Portugal pouco existe na matéria, não obstante a sua urgente necessidade, tanto para o progresso da ciência geográfica, como também para servir de apoio a várias decisões que se impõem no campo do planeamento regional e urbano.

Os factos apontados só por si justificam o interesse que tem para nós o recente trabalho da geógrafa brasileira NICE LECOCQ MÜLLER. Estudo influenciado por rumos da moderna geografia, que contudo não descarta aspectos sempre focados na geografia dita clássica. Longe de resultar numa obra híbrida e desligada, esta dualidade de ópticas permitiu uma visão mais completa dos problemas, ao mesmo tempo que enriqueceu a bibliografia geográfica de língua portuguesa em questões de método.

A autora inicia o estudo por uma breve introdução sobre núcleos urbanos e urbanização, em que infelizmente a necessidade de condensação não permitiu o esclarecimento de certos conceitos e fenómenos, muito particularmente o de urbanização. O leitor gostaria, logo de início, de ter uma imagem, para além da estatística, do valor e dimensão social do fenómeno.

O primeiro capítulo do trabalho analisa de uma forma exaustiva o processo da evolução urbana na área do estudo, desde os primórdios da colonização do Vale do Paraíba, no século XVII, até à actualidade. A primeira parte, «Origem e evolução dos núcleos urbanos», apesar de marcadamente histórica, mantém sempre um fio condutor de natureza geográfica, apoiado em cartografia simples e expressiva, que permite uma visão sintética do processo de povoamento e de organização dos núcleos urbanos. A segunda parte deste capítulo, «A evolução da vida urbana nos primeiros séculos», não se limita à utilização de elementos históricos anteriormente publicados, mas recorre frequentemente à pesquisa de arquivo, única forma de conseguir uma ligação contínua dentro do tema. Ora recorrendo a relatos coloridos, ora quantificando,

---

(1) NICE LECOCQ MÜLLER, *O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba* — São Paulo. Rio de Janeiro, 1969, 375 pp. + mapas + fotografias.

a autora vai mostrando como e de que viviam os incipientes núcleos urbanos do Vale do Paraíba. A propósito, não queremos deixar de salientar como nos impressionou uma certa riqueza de material histórico de natureza quantitativa que foi possível recolher, mormente para o período colonial, quando em Portugal, para a mesma época, desconhecemos elementos correspondentes que provavelmente existem, mas dispersos pelos arquivos. Através da análise, verifica-se que durante os primeiros séculos da colonização aqueles núcleos viviam sobretudo das actividades primárias; embora para meados do século XIX se fossem tornando menos rurais, «os fazendeiros, que representavam a prosperidade económica da região, constituíam também elemento importante da vida dos centros urbanos» (2). De resto, os sectores secundário e terciário tinham uma dimensão reduzida e este último ainda estava empolado pelo relativamente elevado número de elementos militares. Entretanto deu-se o surto da cultura do café, que atinge a produção máxima na região entre 1836 e 1886. Se o facto não foi decisivo no desenvolvimento urbano, pois enquanto algumas aglomerações melhoravam, outras não mereciam dos viajantes classificativos além de «vila ordinária» em «notável atraso» ou «ladeira calçada, tendo casas dos dois lados» (3), ele acabou por trazer alguns contributos, pelo menos os de se calcetarem e rectificarem ruas e passeios, ao mesmo tempo que «as vias principais vão sendo pedregulhadas ou macadamizadas» (4) e as casas numeradas. É também nesta época que se inaugura a iluminação, primeiro a azeite, depois a querosene, e a cidade de Lorena inicia mesmo transportes urbanos colectivos, o americano: «bondes, a tracção animal» (5). E, para o final do século, apesar da decadência da cultura do café, os núcleos urbanos registam progressos, quer através da industrialização, quer pela melhoria do seu equipamento terciário. A parte derradeira deste capítulo trata «A urbanização moderna». No século XX não aparecem novos núcleos, mas é na época actual que os existentes se organizarão de molde a constituírem verdadeiras cidades. O ritmo de concentração acentua-se a partir da segunda grande guerra: a população urbana do Vale do Paraíba, que em 1940 era de 143 118 habitantes, passa a 394 447 em 1964 (6). Esse ritmo é desigual: a cidade de São João de Campos, por exemplo, que em 1964 regista 68 924 habitantes, em 1934 contava apenas 8659 (aumento de 695,9 p. 100), enquanto algumas cidades ou vilas, durante o mesmo período, não chegam a aumentar a população de 50 p. 100, aparecendo mesmo casos em que há decréscimo populacional (cidade de Areias, vilas de Pinheiro e Bairro Alto). O grande responsável pela «urbanização moderna» do Vale do Paraíba foi a industrialização, que teve um surto repentino a partir da segunda grande guerra, mais própria-mente a partir de 1943. Neste momento do trabalho, a autora trata a

(2) Ver p. 57.

(3) Idem.

(4) Ver p. 59.

(5) Ver p. 62.

(6) Ver p. 68.

evolução do fenómeno industrial, desde o seu início na década de 1880-1890 até à actualidade. O crescimento recente da indústria na área deve-se ao surto de São Paulo, onde estão as sedes de grande parte das unidades fabris locais. Entretanto, ao nível individual de cada aglomeração, não se verifica uma relação directa entre a industrialização e o crescimento urbano (7), o que sugere uma especialização dos centros, que a autora não pode estudar pelo desconhecimento de valores relativos ao sector terciário (ainda não tinham sido publicados os elementos do censo de 1960, referentes àquele sector). Antes de, como final deste capítulo, estudar o crescimento físico de alguns núcleos, a autora foca o problema da mobilidade da população. Assim, naturalmente, verificou-se um êxodo rural, em grande parte canalizado para as principais cidades da área; mas ao mesmo tempo houve um movimento de imigração de territórios próximos (especialmente do próprio estado de São Paulo e do de Minas Gerais) e, o que é muito interessante, o contributo da própria capital do estado foi dos mais importantes. Ao longo deste capítulo, e decerto nos seguintes, nota-se a falta de um mapa que coloque o Vale do Paraíba num contexto espacial mais vasto. Por último, transcrevemos o parágrafo final deste capítulo, que mostra a identidade de fenómenos relativamente às áreas periféricas de Lisboa e Porto, perguntando se os núcleos urbanos do Vale do Paraíba não estarão sofrendo uma pressão do mesmo tipo em função da influência de São Paulo: «Os núcleos do Vale do Paraíba, apesar de toda sua evolução e 'modernização', parecem, de forma geral, subequipados em serviços urbanos. O curioso é que tal facto parece estar, paradoxalmente, preso, a um tempo, à lentidão e à rapidez do desenvolvimento dos centros urbanos. Em alguns casos, as deficiências resultam da estagnação, sendo sinal de subdesenvolvimento. Em outros são consequências de um crescimento desordenado, cuja rápida evolução não lograram acompanhar. Em um e outro caso, a situação sugere a necessidade de planos para o reerguimento de uns e para a orientação do crescimento de outros, de forma a poder chegar-se a um mínimo de equilíbrio satisfatório. Chegamos, assim, ao problema básico da vida urbana no Vale do Paraíba, em que os contrastes não chocam apenas pela diferença de tamanho dos centros, mas também pelas condições de vida de suas populações, podendo-se passar de quadros ainda coloniais para a atmosfera de modernas cidades industrializadas, cheias de vida e de dinamismo, representadas pela complexidade ou importância de suas funções.» (8)

No segundo capítulo, «Os característicos funcionais», são analisadas de uma forma global as funções secundárias e terciárias dos núcleos urbanos da região. De notar a preocupação constante de clarificação dentro de cada domínio. Após o estudo da «função industrial» (9) e das «funções ligadas a serviços urbanos» (10), em que nos não dete-

(7) Ver pp. 87 e segs.

(8) Ver p. 115.

(9) Ver p. 116.

(10) Ver p. 156.

remos pelo seu maior interesse local, a autora estabelece uma «classificação funcional das cidades»<sup>(11)</sup>. Apesar, como a própria autora o expressa, de os elementos estatísticos serem incompletos, foram feitas várias correlações quantificadas, o que pelo menos tem um grande interesse ao nível do método. Embora ainda exista nas cidades um certo quantitativo de população activa no sector primário, apenas foram considerados por deficiências das estatísticas os sectores secundário e terciário; mesmo assim foi necessário recorrer a estimativas, pois ainda não eram conhecidos todos os resultados do censo de 1960. A autora começa por estabelecer as correlações entre a população activa e a dos sectores secundário e terciário, em cada cidade e na região, podendo determinar assim o valor proporcional dos sectores secundário e terciário em cada centro. No entanto, como a própria autora o expressa<sup>(12)</sup>, uma classificação deste tipo não satisfaz, pois todo o lugar central<sup>(13)</sup>, ao mesmo tempo que desempenha funções para servir a sua própria população, desenvolve outras para uma população exterior, que constituem a sua própria razão de ser. São as que os autores anglo-saxónicos denominam de funções não básicas e de funções básicas e os autores franceses de funções banais e funções específicas<sup>(14)</sup>. Não concordamos com a autora quando afirma que «Teoricamente, a população ligada a actividades secundárias constituiria a população activa básica» e que «as actividades terciárias constituiriam a população activa banal». Ora, teoricamente, todas as unidades funcionais terciárias e secundárias têm uma parte da sua actividade que é básica e outra que é não básica. Enquanto nalgumas dessas unidades funcionais a proporção da actividade não básica tende para 100 p. 100, noutras tende para 0 p. 100, mas isto tanto em relação ao sector secundário como ao terciário; na prática são com maior frequência as funções terciárias que mais se aproximam dos 100 p. 100 (comércio e serviços banais). Na realidade, a distinção entre o que é básico e o que é não básico torna-se muito difícil, e a partir de certos limites mesmo impossível de determinar. Assim, a autora recorre a um método indirecto, o desenvolvido por F. CARRIÈRE e P. PINCHEMEL, por ser o que mais se adaptava aos elementos estatísticos disponíveis. Correlacionando o índice obtido comparando a população de cada cidade com a população total da região e o índice obtido comparando a população utilizada em cada cidade por cada sector com o total trabalhando no mesmo sector em toda a região, determinou em que casos urbanos há equilíbrio, subequipamento ou superequipamento. O método é bastante correcto e permite resultados significativos, mas ficou-nos apenas a dúvida de se a área estudada constituiria um sistema suficientemente organizado e se a proximidade da grande metrópole paulista

(11) Ver p. 200.

(12) Ver p. 207.

(13) Preferimos esta expressão, ao termo «cidade» utilizado pela autora.

(14) No caso, a autora cita, respectivamente, o americano JOHN W. ALEXANDER, «The basic-nonbasic concept in economic functions», *Economic Geography*, xxx, Julho, 1954, pp. 246-261, e F. CARRIÈRE e PHILIPPE PINCHEMEL, *Le Fait urbain en France*, Paris, 1963.

não falsearia certas conclusões. Analisadas as correlações referidas, a autora estabelece uma classificação funcional dos centros urbanos em quatro termos: com função específica no sector secundário (6 casos); com função específica no sector terciário (3 casos); com funções específicas nos dois sectores (1 caso); com funções banais (18 casos).

No terceiro capítulo, «As Paisagens Urbanas», são analisados «Os elementos da paisagem urbana» e sistematizados os «Tipos de paisagens urbanas». Naquela primeira parte estudaram-se os «Sítios Urbanos» e «A estrutura e a organização do espaço urbano». Profusamente ilustrada com plantas, esquemas, perfis e fotografias, esta parte do trabalho, feita em moldes clássicos, dá-nos uma imagem visual das aglomerações urbanas da bacia do rio Paraíba. A parte final deste capítulo, em que as cidades são agrupadas em três classes — grandes, médias e pequenas<sup>(15)</sup> —, deixa-nos um tanto desiludidos e dubitativos perante os resultados de tão falada e desenvolvida «síntese geográfica». Esta, em nosso entender, conseguir-se-á através de esquemas teóricos, ao mesmo tempo simples e elaborados, e não de descrições mais ou menos coloridas, com base em classificações que apenas dependem do olho subjectivo do observador.

Chegamos assim ao capítulo final — «Centralidade Urbana e Áreas Polarizadas». Preferíamos aqui, mais uma vez, a denominação *lugar central*, em vez de *urbano*, já que quando se procura a centralidade de um agregado onde se desenrolam actividades terciárias não estamos necessariamente em presença de uma aglomeração urbana, e isso talvez aconteça mesmo na área estudada por NICE LECOCQ MÜLLER. A terminologia foi fixada por WALTER CHRISTALLER<sup>(16)</sup> em 1933 e é hoje empregada pela maioria dos estudiosos. Após a discussão e eliminação de alguns métodos para determinar a hierarquia dos lugares centrais, optou-se pelo «método de ROCHEFORT», já aplicado pelo geógrafo francês no estado de São Paulo e por geógrafos brasileiros noutras áreas do Brasil. Consegue-se assim uma hierarquia em quatro termos, com 3, 4, 3 e 18 lugares centrais respectivamente, por ordem decrescente de importância, o que acentua a nossa anterior sugestão de que não existe um verdadeiro sistema de lugares centrais no Vale do Paraíba, pois de outra forma teríamos necessariamente um número crescente de lugares em cada degrau da escala. A hierarquia de lugares estabelecida por JUERGEN R. LANGENBUCH para o estado de São Paulo a partir da frequência de viagens diárias de autocarros intermunicipais coincide, na área estudada, com a que a autora obteve utilizando o método de ROCHEFORT.

A parte final deste capítulo analisa «Os centros polarizadores e as áreas polarizadas»<sup>(17)</sup>. Para tanto, a pesquisa é concentrada em oito funções relativamente aos três centros principais (Taubaté, São José dos Campos e Guaratinguetá) e dois dos secundários (Lorena

(15) Ver pp. 213-214.

(16) Ver p. 287.

(17) WALTER CHRISTALLER, *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Jena, 1933.

e Cruzeiro). As funções seleccionadas foram: jornais, bancos, comércio grossista, comércio de retalho, pequenas e médias indústrias, hospitais, ensino e assistência social. Primeiramente é feita uma análise qualitativa da irradiação daquelas funções em cada um dos centros acima referidos, para em seguida se qualificar essa irradiação (por intensidades: máxima, grande, média, fraca, mínima) e assim se determinarem as áreas de influência de cada centro. Por último, em «A organização regional do espaço»<sup>(19)</sup>, a autora estabelece uma síntese da hierarquia dos lugares centrais classificados em quatro níveis — capital regional (1), centros de sub-região (2), centros de zona (5) e centros locais (39) — e da organização do território em termos de centros de serviços, não só relativamente aos lugares centrais do Vale do Paraíba como também em função de São Paulo e do Rio de Janeiro, que entram em disputa de influências justamente na parte oriental da área estudada.

Na conclusão final<sup>(20)</sup>, a autora, além de ressystematizar o tema geral do trabalho, estabelece alguns dos problemas fundamentais que se põem tanto ao reordenamento dos grandes e pequenos centros populacionais da área como também à reestruturação dos territórios rurais, de molde a que seja possível, numa «área-tampão» entre as duas grandes metrópoles brasileiras, uma harmoniosa organização do espaço.

Embora a área estudada não seja das mais didácticas para um estudo deste tipo, que assim será de mais difícil assimilação para os menos iniciados, cremos, principalmente pelos problemas de método que levanta e resolve, que a leitura deste trabalho será de grande utilidade para os geógrafos portugueses interessados em temas de geografia urbana e regional.

*JORGE GASPAR*